

AS DIFICULDADES DO ENSINO DE FÍSICA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVAS

Iderlany Lopes de Almeida¹

Juraci Pereira dos Santos²

RESUMO

Este trabalho buscou identificar as principais dificuldades listadas pelos professores no ensino de física para alunos com deficiência auditivas. Trata-se de uma pesquisa de campo do tipo estudo de caso, com abordagem qualitativa, realizada na Unidade Escolar Polivalente, localizada na cidade de Amarante-PI, com os professores da disciplina de física e uma aluna com deficiências auditiva. Os dados foram coletados através de entrevistas e questionários semiestruturado feito com os professores e com a aluna com deficiência auditiva. Este artigo apresenta primeiramente uma pequena abordagem sobre a história da educação especial no Brasil para conhecer esse processo de ensino aprendizagem, como vem se desenvolvendo. Dando sequência, a classificação e conceituação de surdo e deficiente auditivo para que fosse possível entender como se dar essa classificação do ser surdo e do ser Deficiente Auditivo, que como no decorrer da pesquisa mostra que sua única diferença e na denominação por parte de uma conotação científica e sociocultural que ronda entre esse termo. Os resultados mostraram que as dificuldades mais evidenciadas foram: o despreparo dos professores para ensinar física para a aluna com deficiência auditiva e a comunicação entre professor e aluno também se destacou por parte dos professores e da aluna surda, dado isso ao desconhecimento da estrutura da linguagem da pessoa surda. Os professores da pesquisa apresentaram percepções parecidas sobre o que foram questionados e coerência entre as metodologias utilizadas, ambos os professores diante de tal desafio entenderam a importância da formação inicial e continuada e especialização que os tornem capazes de atender a todos.

Palavra-chave: Ensino de Física. Deficiência Auditiva. Dificuldades.

Abstract

This study aimed to identify the main difficulties listed by the teachers in physical education for students with hearing disabilities. This is a case study field research with a qualitative approach, held in Multipurpose School Unit, located in Amarante-PI, with teachers of physical discipline and a student with hearing disabilities. Data were collected through semi-structured interviews and questionnaires done with teachers and with the hearing impaired student. This article first presents a short approach to the history of special education in Brazil to meet this process of teaching and learning, as is developing. Continuing, the classification and conceptualization of deaf and hearing impaired to make it possible to understand how to get this classification of being deaf and being Hearing Impaired, which as

¹ Aluna do curso de Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

² Professor do curso de Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Orientador de trabalho. E-mail:

during the research shows that their only difference is in the denomination by a connotation scientific and sociocultural that round between this term. The results showed that the most prevalent problems were the lack of preparation of teachers to teach physics to the hearing impaired student and communication between teacher and student was highlighted by teachers and deaf student, given that the lack of knowledge of language structure the deaf person. The survey teachers had similar perceptions of what were questioned and consistency between the methodologies used, both teachers at such a challenge understood the importance of initial and continuing training and expertise that will enable them to cater for everyone.

Keyword: Physics Teaching . Hearing Loss . Difficulties .

INTRODUÇÃO

Na realidade de hoje, em que a educação é direito de todos e a inclusão social já é uma realidade em muitas escolas do Brasil, não é raro professores se depararem com situações que fogem a sua formação acadêmica inicial, pondo sua capacidade como educador a prova. Um aluno surdo, por exemplo, foco desta pesquisa, altera totalmente os planos do professor, principalmente quando ele não teve preparo para lidar com esse tipo de situação, já que muitos cursos de licenciatura ainda deixam a desejar nesta área e nem tempo para uma formação continuada para se preparar adequadamente para tal desafio.

Deficiência auditiva é um déficit de audição que traz à pessoa uma condição especial e na escola o processo de aprendizado desse aluno requer mais atenção por parte do professor. A Lei de diretrizes e base da educação nacional (1996) em seu capítulo sobre a Educação Especial assegura aos educandos, com necessidades especiais, professores com qualificação adequada, bem como professores capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. Mas sabe-se que a falta de qualificação e de suporte adequado para lidar com essa situação ainda é a realidade de muitos professores e escolas, limitando o ensino e aprendizagem dos conteúdos de tal forma que nem todos os alunos conseguem ter um aprendizado efetivo e adequado.

A presente pesquisa foi desenvolvida junto a uma aluna com deficiência auditiva e seus professores do Ensino Médio da escola Polivalente na cidade de Amarante, que teve como objetivo geral identificar as principais dificuldades listadas pelos professores no ensino de física para alunos com deficiência auditivas, e os específicos verificar as metodologias usadas por eles, relatar as alternativas utilizadas para melhorar a aprendizagem de forma mais clara e que a aluna pudesse

compreender melhor tornando seu ensino efetivo, bem como investigar o desempenho dessa aluna nas aulas de Física dentro de sua realidade de estudo.

O trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa de campo do tipo estudo de caso, com abordagem qualitativa. A coleta de dados se deu através de entrevistas, e questionários semiestruturados com os professores da disciplina de Física do Ensino Médio e com a aluna com deficiência auditiva da Unidade Escolar Polivalente, situada na cidade de Amarante-PI.

A coleta de dados foi feita em duas partes. Na primeira parte, foi realizada uma entrevista individual aplicada de modo aprofundado com os professores da instituição mencionada acima. Na segunda etapa, foi aplicado um questionário semiestruturado com dez(10) questões abertas para os professores e um questionário com dez(10) questões para aluna com deficiência auditiva. Baseado nas respostas dos professores e da aluna foi feita a análise e discussão dos dados.

Através dessa pesquisa, pudemos identificar quais as dificuldades que os professores envolvidos neste estudo encontraram para ministrar os conteúdos de Física à aluna com deficiência auditiva, como eles lidaram com essas dificuldades e quais as sugestões os mesmos ofereceram para amenizar esse problema. Acredita-se que esse estudo possa ajudar a outros professores a lidarem com uma situação semelhante a que foi pesquisada, mesmo sem a qualificação adequada.

No presente artigo, apresenta-se inicialmente uma breve exposição da História da Educação Especial no Brasil, destacando a educação de surdo e as fases que se deu dentro da filosofia da linguagem surda, uma apresentação sobre conceitos e diferença entre surdos e deficientes auditivos, na sequência apresenta-se a metodologia do estudo e por fim a análise dos dados.

1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A história da educação especial é um tema de interesse de todos os pesquisadores que buscam entender um pouco mais como se deu o início desta jornada principalmente no Brasil. Sabe-se que há muito tempo vem sendo debatida esta questão da educação especial assim também como a questão da inclusão de pessoas com necessidades especiais em todos os lugares, principalmente nas escolas.

Por volta do século XVI, com a chegada dos portugueses em 1500, a educação era privilégio de poucos, a companhia de Jesus era responsável por catequisar os índios e os filhos dos portugueses. Com o passar dos anos, a educação passou por várias mudanças, mas só veio a ser um direito de todos com a promulgação da Constituição Federal de 1988, como está escrito na mesma “A educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família” (1988, p.99).

Dentre as várias modalidades de educação descritas na constituição federal, que é a nossa lei maior, existe uma que nos chama bastante atenção, foco desta pesquisa, a educação especial. Depois que a educação passou a ser um direito de todos e as escolas se universalizaram tornando-se mais inclusivas, começou a existir outro tipo de exclusão: a daqueles que não se enquadravam nos padrões homogeneizadores da escola (BRASIL, 2008), ou seja, aquelas pessoas que possuíam algum tipo de necessidade especial, como diz Zanini (2007) em seu artigo sobre educação inclusiva que a evolução dos serviços de educação especial no Brasil caminhou de início com caráter assistencial, visando apenas o bem estar da pessoa portadora de deficiência, ainda segundo o autor:

Num segundo momento foram priorizados os aspectos médicos e psicológicos. Logo em seguida, chegaram às instituições escolares e, depois a integração da educação especial no sistema geral de ensino. Hoje, finalmente, chocam-se com a proposta de inclusão total e incondicional desses alunos dentro da sala de ensino regular. Essas modificações têm alterado o significado da educação especial e deturpado o sentido dessa modalidade de ensino. (ZANINI, 2007, pag. 76)

Com o passar dos tempos, as escolas foram mudando seus conceitos e se aprimorando para melhor receber pessoas com necessidades especiais. E por volta do século XX, as pessoas ditas normais passaram a acreditar que as pessoas que possuíam algum tipo de necessidade especial poderiam, sim, ser mais produtivas se recebessem uma escolarização especial, por isto foram criados centros de reabilitação e algumas escolas especiais para essas pessoas (Mendes,1995).

A educação especial passou por dois grandes períodos em sua história, como afirma Mazzota:

- 1854 a 1956 – Iniciativas oficiais e particulares isoladas, tendo este período à fundação do “Imperial Instituto para Meninos Cegos”, atual (Instituto Benjamin Constant), o Imperial Instituto dos Surdos – Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos;

- 1957 a 1993 – definidas por ações oficiais no âmbito nacional; (1996, p.27):

A educação especial passou por diversas transformações ao longo de todos esses anos, porém continua sendo modificada, visto que ainda não se chegou a um modelo ideal que realmente venha a atender a todos de forma justa. Sobre a questão das pessoas com deficiência auditiva foi criado, em meados do século XIX, o Instituto dos Surdos Mudos, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, no Rio de Janeiro, como primeira tentativa de inclusão do surdo na educação. Mas, apesar de todos os esforços, a igualdade de tratamento só foi estabelecida com a Constituição Federal de 1988, no Art. 3º, inciso IV, que diz que um dos objetivos da nossa República Federativa é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, pag.77) e que o Estado tem o dever de incluir as pessoas com deficiência na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

A educação especial é uma modalidade de ensino de grande relevância para a sociedade e as pessoas têm de ter consciência de que se devem tratar as pessoas com necessidades especiais de forma que eles não se sintam diminuídas diante da sociedade. Assim:

Para que as pessoas com deficiência realmente pudessem ter participação plena e igualdade de oportunidade, seria necessário que não se pensasse tanto em adaptar as pessoas à sociedade e sim adaptar a sociedade às pessoas. (JONHSON,1994, p.63).

A declaração de Salamanca, importante documento sobre o assunto, nos alerta que:

O problema não está em discutir, integrar ou incluir, e sim em como implementar, no contexto da realidade educacional brasileira, o de escola inclusiva. É necessário que se avaliem nos planos governamentais as reais condições da região, da cidade, do estado e do país para se elaborar qualquer diretriz que diga respeito a inclusão da pessoa portadora deficiência na rede comum de ensino. (BRASIL, 1997, p.101).

Portanto, percebe-se que a questão da educação especial não é apenas um dever do Estado, é também necessário que as pessoas tenham consciência dos direitos e deveres.

A educação de surdos passou por três modelos educacionais: oralismo, bilinguismo e comunicação total. O oralismo é um processo de ensino

para surdos no qual se baseia na língua oral, ou falada. Consiste na técnica de ler e interpretar os movimentos dos lábios de alguém que está falando, no entanto, só é favorável quando o interlocutor formula as palavras de frente, e com clareza, e a capacidade de entendimento do surdo ainda assim é muito pequena. É defendido por muitos profissionais como a maneira mais eficiente de ensinar ao surdo, podendo tornar possível nesses sujeitos surdos a capacidade do uso das palavras gramaticais faladas e escrita, considerando-os como surdos oralizados. Goldfeld (2001), diz que para vários profissionais desta filosofia, a noção de linguagem está limitada dentro da língua oral, e para que crianças surdas se comuniquem bem, ela deve ser capaz de oralizar e o oralismo deve ser a única forma de comunicação dos surdos.

No entanto, tal ideia, veio a ganhar forças a partir do século XIX, no Congresso Internacional de Milão, desagradando a vários profissionais e sujeitos surdos, pois condenava o uso da língua de sinais a ponto de proibir o uso de qualquer tipo de linguagem gestual dentro das escolas. Tais medidas desencadearam grandes consequências para a comunidade surda, pois acreditavam ter perdido, no seu processo de aprendizagem cognitiva, um instrumento adequado para preencher suas necessidades de comunicação. Para Goldfeld, o que estava ocorrendo na educação era que:

[...] as crianças surdas geralmente não têm acesso a uma educação especializada e é comum encontrarmos em escolas públicas e até particulares, crianças surdas que estão há anos frequentando estas escolas e não conseguem adquirir nem a modalidade oral nem a modalidade escrita da língua portuguesa, pois o atendimento ainda é muito precário. (2001, p. 34)

Diante disso, percebe-se que o oralismo tem muita importância, mas não deve ser visto como uma única forma existente, deve-se leva em consideração todas as maneiras de trabalhar com o sujeito surdo no contexto escolar, tornando ainda mais evidente a necessidade de escolas e professores especializados para receber esses alunos.

O bilinguismo é defendido por muitos estudiosos como sendo uma capacidade da pessoa surda de adquirir duas línguas dentro de seu contexto social e escolar, defendo a língua de sinais como a primeira língua e o português, no caso do Brasil, como sendo a segunda língua. Para Godfeld (2001, p. 39), “o bilinguismo

tem por pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos”.

Estudiosos dessa filosofia do bilinguismo acreditam que a comunidade surda possui sua própria cultura e língua própria e que surdos não precisam adquirir a oralidade nem se adaptar ao ambiente da linguagem oral para se igualar ao padrão da sociedade. Para Goldfeld (2001), este aprendizado apesar de ser muito desejado, não é visto como objetivo educacional que a comunidade surda almeja, e nem como uma forma de diminuir as diferenças causadas pela surdez.

Estudiosos da filosofia da comunicação total, desenvolvida em meados de 1960, acreditam em algo ao contrário do que foi visto no oralismo, para eles é válida todo tipo de recursos linguísticos, oral, gestual, visual ou qualquer outro método que possa levar o surdo ao seu objetivo, que é se comunicar. Diz Goldfeld (2001, p. 37) “A comunicação total, em oposição ao oralismo, acredita que somente o aprendizado da língua oral não assegura pleno desenvolvimento da criança surda”.

Em resumo desses três modelos citados, o autor traz a essência dessa filosofia da linguagem surda:

No caso do Oralismo, o objetivo é igualar a criança Surda ao padrão ouvinte, e no caso do Bilingüismo procura-se igualar a família ouvinte e a criança Surda. A Comunicação total, ao contrário, aceita e convive com a diferença, procurando aproximar e facilitar a comunicação entre criança Surda e sua família ouvinte. Goldfeld (1997, p.38)

Percebe-se então uma clara diferença nos três modelos dessa filosofia da linguagem surda, onde se vê o Oralismo buscando igualar o surdo ao ouvinte, o Bilinguismo tentando aproximar a família ouvinte ao surdo para então alcançar a igualdade desejada por essa filosofia, e a Comunicação Total já entra quebrando esses paradigmas, batendo de frente principalmente com a filosofia oralista, buscando então aproximar ao máximo e facilitar de todas as formas cabíveis essa comunicação entre surdos e ouvintes, sem impor a eles condições, nem limites.

2 CLASSIFICAÇÃO E CONCEITUAÇÃO DE SURDO E DEFICIENTE AUDITIVO

Conceituar o grupo de pessoas que são classificadas como surdos exige atenção no que se refere apenas a termos, pois de maneira científica são

conceituados como Deficientes auditivos, porém em uma conotação sociocultural são denominados surdos.

A denominação de um determinado grupo de pessoas, como ressalta Ana Dorziat (1999), traz uma visão preconceituosa diante de determinados fenômenos, portanto há a necessidade de mais esclarecimentos por parte de profissionais que lidam com pessoas que não ouvem, na esfera do estudo de termos e em seus contextos e aplicativos.

Voltando para a questão de termos usados para o grupo de pessoas que não ouvem, segundo Moura (2000, p.73), “A Comunidade de surdos de São Paulo pede a utilização do termo Surdo e não o uso do termo deficiente auditivo para os seus membros, assim deixando bem claro a preferência por a denominação sociocultural Surdo.”

Segundo Behares (1993), os profissionais que atuam na área da educação de surdos usam o termo deficiência auditiva, porém o mesmo vem acompanhado de críticas, pois reflete uma visão de que o surdo possui uma patologia a ser tratada considerando-os como deficientes.

O deficiente auditivo classifica-se de acordo com o grau da perda de audição por decibéis (dB), que pode variar de 0 considerada uma audição normal, até perda grave acima de 95 dB ao ouvido humano como mostra Alves (2010, pag.79):

- Audição normal: 0 - 20 dB
- Perda leve: 21- 40 dB
- Perda moderada: 41-70 dB
- Perda severa: 71- 90 dB
- Perda profunda: acima de 95 dB.

De acordo com a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, os Surdos são caracterizados da seguinte maneira:

“Deficiência Auditiva – perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido. Manifesta-se como:

- Surdez leve/moderada: perda auditiva de até 70 decibéis, que dificulta, mas não impede, o indivíduo de se expressar oralmente, bem como de perceber a voz humana, com ou sem a utilização de um aparelho auditivo;
- Surdez severa/profunda: perda auditiva acima de 70 decibéis, que impede o indivíduo de entender, com ou sem aparelho auditivo, a voz humana, bem como de adquirir, naturalmente, o código da língua oral.” (MEC, 2014, p. 25).

Caracterizados como surdos são protegidos por lei, pois está elencado na constituição de 1988 que a pessoa portadora de deficiência auditiva tem o direito ao ensino regular, passando assim a ser um dever do Estado brasileiro, como a Lei de diretrizes e base da educação de nº 9.394/96 regulamenta.

Apesar de estar inserido na constituição federal de 1988 que as pessoas com deficiência auditiva têm direito ao Ensino regular, ainda prevalece uma série de dificuldades no processo de inclusão e de ensino dos mesmos, como afirma Bueno (1994) no que se refere à Educação Especial apenas 10% a 15% da população em idade escolar com deficiência auditiva conseguem alguma forma de atendimento educacional.

No que se refere ao processo de ensino dos alunos com deficiência auditiva, a falta de qualificação do corpo de docentes, que em sua maioria não teve qualificação adequada, interfere diretamente no mesmo, além da ausência de recursos necessários à complementação educacional do deficiente e de uma equipe de profissionais que propicie o acompanhamento psicológico e pedagógico especializado.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este trabalho teve como objetivo identificar as principais dificuldades listadas pelos professores no ensino de física para alunos com deficiência auditivas do ensino médio da Unidade Escolar Estadual Polivalente, na cidade de Amarante, também se buscou com esta pesquisa identificar as adaptações necessárias feitas na sala de aula para tornar ensino efetivo para a aluna com deficiência auditiva, verificar as metodologias usadas pelos professores na sala, analisar a coerência entre a metodologia de ensino utilizada pelos professores de física e as necessidades do aluno com deficiências auditivas e relatar as alternativas usadas pelos professores para melhorar a aprendizagem. Para atingir esses objetivos buscamos levantar, por meio de uma investigação qualitativa, a opinião dos professores que acompanharam a aluna no ensino médio.

O trabalho foi realizado por meio de pesquisa de campo, que para Marconi e Lakatos (2010, p.169) “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos de um problema, para o qual se procura uma resposta”. Do tipo

estudo de caso, que se trata de um enfoque metodológico de investigação especialmente apropriado quando procuramos compreender, explorar ou narrar acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores, Lakatos (2006, p.274) define estudo de caso como um estudo profundo, dizendo que “o estudo de caso refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os aspectos”. Com abordagem qualitativa, nesse tipo de pesquisa os dados não são contados e sim interpretados, possibilitando uma análise mais detalhada sobre as atitudes, costumes, regras e normas, para Lakatos 2006, p.269) “[...] a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano”. A coleta de dados se deu através de entrevistas, e questionário semiestruturados com os professores da disciplina de física do ensino médio e com a aluna com deficiência auditiva da unidade escolar polivalente situada na cidade de Amarante-PI.

A coleta de dados foi feita em duas partes, na primeira parte foi realizada com os professores uma entrevista individual aplicada de modo aprofundado, através disso foi possível identificar as metodologias utilizadas pelos professores, bem como as dificuldades que eles tinham de comunicação com aluna. Na segunda etapa, foi aplicado um questionário semiestruturados com dez(10) questões abertas para os professores no intuito de listar as alternativas usadas pelos professores para melhorar a aprendizagem, isto é, as adaptações necessárias feitas na sala de aula para tornar o ensino efetivo para a aluna com deficiência auditiva e um questionário com dez(10) questões abertas para aluna com deficiência auditiva com finalidade de saber quais as dificuldades que ela encontrava nas aulas de física, como ela gostaria que fosse essas aulas, entender como a aluna efetivou o aprendizado.

3.1 SUJEITOS DA PESQUISA

Os atores entrevistados foram: dois professores de Física e uma aluna surda. O professor A, que tem 23 (vinte e três) anos de idade, sexo feminino, está cursando o 8º (oitavo) período de física no IFPI, com experiência de dois anos em sala de aula com a disciplina de física, todo em ensino médio regular, como professor substituto pela SEDUC. O mesmo acompanhou a aluna no 2º (segundo) ano do ensino médio, ano em que começou seus trabalhos como professor.

O professor B, que tem 30 (trinta) anos de idade, sexo masculino, formado em Licenciatura em Física, concluiu seu curso em dezembro de 2012 (dois mil e doze) pela UFPI, tem especialização em ensino de física pela FAEME, está atualmente cursando outra especialização, agora específica em física pela UFPI/UAPI, com experiência de 5 anos em sala de aula com a disciplina de física como professor substituto pela SEDUC, quanto aos níveis de ensino, o mesmo já trabalhou com ensino regular fundamental e médio, Ensino Médio EJA, participou por dois anos de um programa de reforço, o Mais Educação, com a disciplina de matemática no ensino fundamental. Esse acompanhou a aluna no 3º (terceiro) ano do ensino médio, relata que foi sua primeira experiência com alunos com deficiência auditiva.

A aluna tem 18 (dezoito) anos de idade, sexo feminino, não repetiu o ano durante o ensino médio, porém já chegou a repetir um ano no ensino fundamental, no qual não se lembrava bem que ano foi, de família de classe média baixa, a mesma sempre estudou em escola regular, não conhece a língua brasileira de sinais (LIBRAS). Segundo ela, tem 90% (noventa por cento) de surdez, na qual já nasceu assim, usa um aparelho auditivo, no entanto diz não ajudar muito, em observações feitas pôde-se perceber que a mesma mantém um bom relacionamento com os colegas em sala de aula e interagem com os demais alunos através de gestos inventados por eles mesmo e bilhetes.

No início a intenção era entrevistar os três professores de física que acompanharam a aluna durante seu ensino médio, porém um dos professores não autorizou que a entrevista fosse gravada, então sugerimos que fosse escrita através de um questionário para que pudéssemos coletar maiores informações, porém nos deu algumas desculpas e não concedeu a entrevista e nem respondeu ao questionário, o mesmo teria acompanhado a aluna no 1º (primeiro) ano do ensino médio.

4 ANÁLISE DE DADOS

Os professores entrevistados foram questionados sobre vários assuntos a fim de entender como cada um deles trabalhava. Em entrevistas e conversas, ambos os professores relataram a surpresa de chegar à sala de aula e se deparar com uma aluna com deficiência auditiva, em relato o professor A diz que: *“No início foi um*

susto, pois eu não tinha conhecimento que na turma tinha uma aluna surda". Diz que procurou os demais professores e coordenadores para buscar informações e saber se a escolar disponibilizava alguma técnica em especial no qual lhe pudesse ser útil, ou alguma recomendação, pois o mesmo não tinha experiência e nem preparo adequado para lidar com o aluno, porém a escola também não tinha preparo e nem um professor adequado para ajudá-lo. Relata ter recorrido à internet para poder melhor atender o aluno surdo e os demais alunos. O professor A diz:

Foi aí que recorri à internet buscando o maior número de informação, (...), no decorrer das aulas só procurei melhorar a forma de transmitir o conteúdo, de acordo com as leituras que eu tinha feito sobre a situações parecidas. (ENTREVISTA, PROFESSOR A, 2014).

O professor B diz que no início estava meio complicado, pois não sabia se a aluna estava entendendo o que ele queria mostrar e até encontrar a melhor forma de efetiva os conceitos, teve que expor de várias formas o mesmo conceito.

Podemos ver aqui um descaso por partes das autoridades responsáveis em fazer cumprir a lei, pois a escola está exercendo o seu papel imposto pela lei que é aceitar a matriculado aluno com necessidades especiais, no entanto, sem estrutura adequada para atender esses alunos, essa tentativa de inclusão acaba falhando na prática. Isso também pode ser atribuir ao fato de não termos no mercado profissionais para suprir tamanha demanda, dado ao reduzidíssimo número de cursos regulares para formação de professores de deficientes auditivos.

No decorrer das aulas cada professor foi se organizando e se adaptando a situação, o Professor A diz que teve que se adequar a sala de aula para transmitir o conteúdo de todas as formas possíveis para todos os alunos, de uma maneira que nenhum saísse prejudicado e a turma já estava adaptada a aluna, o que ajudou o professor A a se encaixar. O professor B diz que seu maior aliado foi uma outra aluna que transmitia para aluna tudo que ele passava nas aulas e que se tratando de duas alunas tão aplicadas ficava melhor o andamento das aulas.

Essa possibilidade de uma relação educacional diferente faz com que esses professores se sintam inseguros, despreparados, aflitos, confusos, então surgem as barreiras, a da comunicação é um exemplo, pois a pergunta que não quer calar é: “_Como vou me comunicar com esse aluno”, esses questionamentos iniciais estão ligados ao fato de não terem tido oportunidade de convivência com uma diferença

deste tipo aliada a uma ausência de preparo e apoio para lidarem com essa nova experiência.

Trabalhar com tais diferenças exige mudanças no conjunto como um todo, para receber esses alunos com deficiência, seja ela qual for, a escola, o corpo docente, todos têm que estar preparados com um ambiente físico, psicológico e pedagógico que realmente inclua, que valorize as diferenças. Uma escola que se prepara somente para um tipo de aluno, sem pensar nas diferenças acaba seguindo rumo à discriminação; é a escola que precisa se adaptar às necessidades do aluno e não o inverso. Podemos ver na Declaração de Salamanca que:

Todas as crianças, sempre que possível, possam aprender juntas, independentemente de suas dificuldades ou diferença (§7); [...] as crianças com necessidades educacionais especiais devem receber todo apoio adicional necessário para garantir uma educação eficaz (§8); [...] deverá ser dispensado apoio contínuo, desde a ajuda mínima nas classes comuns até a aplicação de programas complementares de apoio pedagógico na escola, ampliando-os, quando necessário, para receber a ajuda de professores especializados e de pessoal de apoio externo (§32).” (1994,p.23 - 34)

Então a questão é que o sistema educacional tem que estar preparado para receber esses alunos com necessidades especiais, que neste caso o apoio não só é fundamental, é essencial para o sucesso da inclusão.

Em entrevista com a aluna, ela confirma a versão dada por ambos os professores, disse que os colegas a ajudava a acompanhar as aulas e que com os alunos ajudando ela entendia melhor, porque eles se comunicavam através de sinais inventados por eles mesmos para se comunicar entre si, já que nem ela e nem seus colegas de classe conheciam a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Esse relato da aluna nos faz lembrar a filosofia da comunicação total, o que importa é passar a mensagem, não interessa o canal o meio com que foi usado, nada mais é que um sistema que dispõe de infinitas possibilidades de comunicação, dependente apenas da criatividade de cada indivíduo, e nesse caso foi muito útil para a aluna, pois a mesma usufruía de todos os meios possíveis para se comunicar com os colegas, no que diz Goldfeld (1997, p.38) “A Comunicação total, ao contrário, aceita e convive com a diferença, procurando aproximar e facilitar a comunicação entre criança Surda e sua família ouvinte.”

Os professores deixaram claro também que diante dessa situação teve que mudar todos seus planos de aula para aquela sala em especial, um plano

diferenciado das demais turmas da mesma série, ambos expressaram a dificuldade que eles tiveram em ministrar os conteúdos com o pouco tempo que tinham. Relataram que recorreram a vários tipos de recursos para melhor atender a aluna com deficiência auditiva e os demais alunos de forma favorável a todos. Ambos os professores disseram ter feito o uso de imagens, pequenos textos e experimentos, recursos que nas demais salas não necessitavam tanto como a turma da aluna com deficiência auditiva. O professor B fala de *“uma aula mais dinamizada, com uma atenção mais voltada para essa aluna.”* O professor A diz:

Tive o cuidado de usar técnicas diferentes de transmitir o conteúdo, de forma que a aluna pudesse compreender o que eu falava, usando não só uma linguagem oral, mais tentando ao máximo mostra por meio de imagens, vídeos, textos e experimentos, exigiu de mim usar maior números de recursos. (ENTREVISTA, PROFESSOR A, 2014).

As técnicas metodológicas utilizadas por eles foram muito semelhantes, os dois usaram nas aulas *slides* com imagens, vídeos, trabalhavam demonstrações experimentais em laboratórios, anotavam o máximo de informações, faziam uso frequente da lousa para expor o conteúdo, pesquisas individuais e em grupos. Ambos desconheciam a maneira adequada de ensinar o conteúdo para a aluna, e não sabem se os métodos adotados por eles tinham coerência com o método adequado:

Não tinha conhecimento da maneira adequada de ensina o conteúdo para a aluna, mais procurei transmite as informações da melhor maneira possível, e pelo bom desempenho da aluna acredito que que fiz um bom trabalho, dentro de minhas limitações. (ENTREVISTA, PROFESSOR A, 2014).

Se tem realmente coerência não sei, mais que valeu, isso posso afirmar pois a aluna conseguiu aprovação sem falar que a média dela foi até melhor que as médias de alguns alunos ditos normais. (ENTREVISTA, PROFESSOR B, 2014).

Na opinião da aluna, as aulas ainda deixaram muito a desejar, ela relatou em seu questionário que esperava mais por partes dos professores e que o bom seria se eles pudessem ter usados recursos específicos para sua deficiência, pois os recursos utilizados por eles não atendiam a necessidade dela. Para ela a comunicação foi também um grande problema, ela diz que não conseguia fazer

leitura labial dos professores e que só conseguia se sobressair melhor nas aulas quando os professores passavam atividades em grupos, pois ela recebia ajuda dos colegas e conseguia fazer o que o professor pedia, ela não se dava bem em atividades em que tinha que escrever, pois tinha dificuldades nessa parte, preferia os cálculos.

O foco da entrevista e do questionário era investigar as dificuldades que esses professores encontraram para ministrar as aulas, no fim da análise de todas as respostas, fica claro que a principal dificuldade e a que causava todas as outras era o problema de comunicação com a aluna, pois a todo momento eles relataram que não conseguiam tornar possível essa comunicação e que para fazer com que o trabalho deles tivesse sucesso contaram com a ajuda dos demais alunos, colegas de classe da aluna que muitas das vezes serviam como ponte entre a aluna e os professores, facilitando o trabalhos deles. Mesmo com todas as dificuldades eles acreditam ter tirado coisas boas dessa experiência, e relataram que no final valeu a pena, com isso eles finalizaram a entrevista dizendo:

Com essa experiência tive a certeza de que um professor tem que estar sempre em aprendizado e mesmo sem a certeza de lidar com situações desse tipo, temos que procurar nos especializar para atender todo tipo de aluno. (ENTREVISTA, PROFESSOR A, 2014).

Foi ótima, pois me fez ver e rever minhas metodologias, pensar na maneira mais eficiente de abordar um conteúdo. Logo, por que tem outros alunos que se beneficiaram com essas aulas diferenciadas, pois alunos portadores de necessidades especiais, sejam elas quais forem, em nosso caso, especialmente auditivas, essa alfabetização reque mais tempo, atenção e mais empenho por parte do professor e da própria turma. (ENTREVISTA, PROFESSOR B, 2014).

Deixando claro que conseguiram alcançar o objetivo deles que era tornar efetivo esse ensino para todos os alunos e que a aluna, mesmo com todas as dificuldades encontradas, conseguiu destaque no fim do ano letivo com notas até melhores que alguns alunos ditos “normais”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa, e de todas as informações apuradas, podemos concluir que o sistema ainda tem muito a melhorar, principalmente por parte das fiscalizações em que se faz valer as leis de nosso país. Que se deve fazer um

trabalho de conscientização da sociedade, com intuito de deixá-la a par de seus direitos e também deveres, para que com isso possa estar se tornando capaz de correr atrás de seus direitos.

Pode-se dizer que a pesquisa foi capaz de alcançar os objetivos que era identificar as principais dificuldades listadas pelos professores no ensino de física para alunos com deficiência auditiva do ensino médio da referida escola, que em resumo as que mais se destacam é a falta de capacitação dos professores, seguida da comunicação na qual gera inúmeras barreiras nesse processo de ensino e aprendizado, assim como também foi possível com esta pesquisa identificar as adaptações necessárias feitas na sala de aula, verificar as metodologias usadas pelos professores, que apesar de não terem conhecimento da metodologia adequada para a situação, se saíram muito bem, podendo comprovar isso com a aprovação da aluna com ótimas médias, como foi citado na pesquisa, assim como a grande maioria dos demais alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHARES, L. E. **Aquisição inicial Del Language por elniñosordo**: problemas metodológicos e aportes psicolingüísticos, Anais do IX Congresso Internacional da ALFAL, v 2, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acessado em jan.2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br>>. Acessado em: jan.2015.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Janeiro de 2008. Brasília. Disponível em: <http://www.bancodeescola.com/Politica_Educacao_Especial_Jan_2008.doc>Acesso em: 20 Abr. 2009.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1994.

BUENO, J. G. S. **A educação do deficiente auditivo no Brasil**. In: BRASIL/MEC/SEESP. *Tendências e desafios da educação especial*. Brasília: SEESP, 1994.

CARVALHO, Roseta Edler. **A nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro. 1997138p

DORZIAT, Ana. **Deficiente Auditivo e Surdo: uma reflexão sobre as concepções subjacentes ao uso dos termos**. Disponível em: [HTTP://www.geocities.com/flordepessegueiro/html/surdez/deficiente auditivo e surdo.htm](http://www.geocities.com/flordepessegueiro/html/surdez/deficiente_auditivo_e_surdo.htm)? Acesso em: 14 mar 2015.

GOLDFELD, Márcia. **A criança Surda: Linguagem e Cognição numa Perspectiva sócio-interacionista**– São Paulo. PLEXUS, 1997.

GOLDFELD, Márcia. **A criança Surda: Linguagem e Cognição numa perspectiva sóciointeracionista**. São Paulo: Plexus, 2001.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**.4.ed. – 3.reimpr.- São Paulo: Atlas, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MAZZOTTA, Marcos J. da Silveira. **Fundamentos de educação especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional**.1995. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, 1995.

MOURA, Maria Cecília de. **O Surdo: Caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: REVINTER, 2000.